

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

E DCE's DA UNICAMP E USP

Para fechar a Pauta Unificada 2009 e esquentar a mobilização!

Nova rodada de assembleias até 3 de abril

Fórum incorpora sugestões feitas na primeira rodada e envia novo indicativo à categoria. Item salarial continua em debate

Reunido no dia 26 de março, o Fórum das Seis organizou as propostas de inclusão e alteração produzidas na primeira rodada de assembleias. A reivindicação salarial (item 1) continua em aberto e a tarefa central das novas assembleias, até 3 de abril, é debatê-la. O novo indicativo de Pauta Unificada está sendo reenviado à categoria em anexo a este boletim.

Os representantes das entidades expuseram os resultados de suas assembleias, com especial destaque para os debates sobre qual reivindicação salarial vamos apresentar aos reitores neste ano. A seguir, veja um resumo dos relatos:

Sintunesp – A maioria das assembleias realizadas defende parcela fixa + inflação dos últimos 12 meses (5,78%) + índice para repor perdas passadas. Também foi indicado que a pauta deve reivindicar piso mínimo calculado pelo Dieese (atualmente em R\$ 1.918,12) e gatilho salarial (correção dos salários sempre que a inflação atingir determinado patamar).

Sintusp – Os trabalhadores da USP defendem parcela fixa + 21% de reposição salarial (esse índice corresponde a 80% do total que a arrecadação do ICMS cresceu acima dos salários de 2006 a 2008). Também defendem piso mínimo do Dieese.

STU – Os trabalhadores da Unicamp defendem parcela fixa + ICV-Dieese de abril/08 a abril/09 (estimado em 5,95%).

Sinteps – Os trabalhadores e docentes das ETE's e FATEC's pedem pagamento dos índices oferecidos pelo Cruesp de 1996 até hoje. Neste período, o governo estadual deixou de cumprir a lei que lhes garante os mesmos índices pagos nas universidades.

Adunesp – As assembleias realizadas entre os professores da Unesp avaliam como

justa a reivindicação de parcela fixa, de forma a diminuir o fosso salarial nas universidades, mas consideram que o momento não é tático para voltar a apresentá-la aos reitores. Ainda não indicaram qual deve ser o índice.

Adunicamp – Os professores da Unicamp também consideram justa a parcela fixa, mas não a defendem para esta campanha. Eles propõem que a reivindicação deve ser de 15,78% = inflação dos últimos 12 meses (5,78%) + 10% (perdas anteriores).

Adusp – Os professores da USP defendem a manutenção da parcela fixa, mas ainda não têm uma definição sobre qual deve ser o índice de reposição de perdas.

O Fórum volta a se reunir no dia 7/4, quando discutirá os resultados das assembleias e, a partir do consenso, fechará a pauta a ser entregue ao Cruesp na sequência.

77,33%

Este foi o compromisso médio das universidades com a folha salarial em 2008. O menor desde que a dotação de repasse do ICMS foi fixada em 9,57%

30,4%

Esse é o percentual que a arrecadação do ICMS cresceu a mais do que os nossos salários, nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Carreira em risco

O Fórum está atento aos planos de alteração da carreira docente. É preciso discutir isso no âmbito do Cruesp, pois esta não é uma questão particular de cada universidade e tem consequências de longo prazo.

Diante das diferentes propostas de plano de carreira apresentadas pela USP e, ainda, em estudos na Unesp e na Unicamp, o Fórum já pautou essa discussão com o Cruesp como prioritária. Uma alteração da carreira sem as devidas discussões sobre todas as consequências que ela teria, sem explicitar todos os detalhes envolvidos nos critérios de promoção e sem um processo de votação detalhada de todos os itens alterados, é inaceitável. Da mesma forma, é inaceitável que se proponha uma alteração na carreira sem especificar os problemas que se pretende resolver ou as características acadêmicas que se pretende reconhecer. Progressão na carreira sem uma completa transparência do processo, por meio de bancas públicas com regras escritas e bem definidas, é inaceitável.

Quem deve pagar a conta?

A receita de Serra contra a crise: mais favorecimento aos grandes empresários e arrocho para os serviços públicos

O governo Serra encontrou mais um meio para favorecer os grandes empresários. Além de conceder prazo adicional de 60 dias (fora o mês de venda) para o recolhimento de metade do valor do ICMS devido, abaixou o valor da alíquota de 18% para 12% para uma parcela dos setores econômicos. Inicialmente, as medidas valem até o final de 2009.

As grandes empresas agradecem... mas não retribuem o favor. Para manter suas altas taxas de lucros, apelam para a velha fórmula de demitir trabalhadores – como mostra o recente exemplo da Embraer – jogando mais lenha na fogueira da crise: quanto maior o desemprego, menor o consumo, menor a produção, menor a arrecadação de impostos. O re-

sultado: mais demissões no setor privado e mais arrocho de recursos no setor público.

Do governo (estadual e federal), esperam-se medidas que combatam a crise sem penalizar os trabalhadores, pois não é deles a responsabilidade por ela. Além de destinar os recursos públicos somente para a população – em melhoria dos serviços prestados, construção de escolas, hospitais, moradias etc – cabe ao governo exigir das empresas que garantam o emprego e o salário dos trabalhadores, pois isto é indispensável para estancar as veias abertas da crise.

Para os servidores e docentes das universidades estaduais paulistas, assim como para o conjunto dos trabalhadores, o caminho contra a crise é a luta por salários, direitos sociais e em defesa dos serviços públicos.